



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD**

**TERMO DE REFERÊNCIA
011/2026/SMSMTD**

**CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1. OBJETO

1.1. A aquisição será realizada por meio de pregão eletrônico, nos termos do artigo 6º, inciso XLI, da Lei Federal 14.133/2021, por se tratar de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, não havendo Registro de Preços vigente que contemple o objeto pretendido.

1.2. Aquisição de 01 (um) Triturador de Galhos e Resíduos Vegetais, novo, zero hora, acionado por motor diesel próprio **com potência mínima de 80 HP**, montado sobre chassi rebocável (homologado pelo SENATRAN/CONTRAN), com sistema de alimentação hidráulico dotado de dispositivo de segurança 'No-Stress', capacidade de processamento de troncos de, no mínimo, 300 mm de diâmetro, em conformidade com as normas NR-12 e MAR-1, visando o atendimento das demandas da SMSMTD.

1.3. O objeto inclui, obrigatoriamente, a Entrega Técnica e a prestação de Treinamento Operacional e de Segurança (conforme NR-12), com carga horária de 08 (oito) horas, para, no mínimo, 04 (quatro) servidores. O treinamento será realizado em local a ser indicado pela Administração Municipal dentro do limite territorial de São Borja/RS, visando a conveniência do serviço público. Todos os custos de deslocamento, alimentação e estadia do instrutor correm exclusivamente por conta da contratada .

1.4. O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manuais de operação e manutenção em língua portuguesa, catálogo de peças e certificado de garantia integral.

ITEM	QTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO
01	01	Un	TRITURADOR DE RESÍDUOS VEGETAIS (TRONCOS, GALHOS E FOLHAGENS) Equipamento novo, zero hora, tipo rebocável, destinado ao processamento de resíduos provenientes de podas urbanas e manejo arbóreo, com as seguintes especificações: Capacidade de Processamento: Deve permitir o corte de troncos e galhadas com diâmetro não inferior a 300 mm , garantindo a alimentação de volumes brutos sem necessidade de pré-corte exaustivo. Produção Estimada: Capacidade de produção nominal mínima de 10 m³/h , podendo variar de acordo com o tipo e densidade do material processado. Motorização: Motor a diesel, refrigerado a água, com potência mínima de 80 HP , dotado de partida elétrica e alternador para carga de bateria. O motor deve ser de linha comercial de fácil aquisição de peças no mercado nacional, atendendo obrigatoriamente aos padrões de emissões MAR-I ou superior . Sistema de Corte: Tipo rotor ou tambor de alta resistência,

			<p>equipado com facas de aço especial temperado do tipo dupla face (reversíveis), permitindo o uso de ambos os gumes antes da necessidade de afiação ou substituição.</p> <p>Sistema de Alimentação: Hidráulico, composto por rolo(s) tracionador(es) com garras, dotado de sistema de controle eletrônico automático de carga (sistema tipo "No-Stress" ou equivalente), que interrompe ou reverte a alimentação para evitar a sobrecarga e parada do motor.</p> <p>Mobilidade e Chassi: Montado sobre chassi robusto, dotado de eixo simples ou duplo, com homologação no órgão federal de trânsito (SENATRAN/CONTRAN) para circulação em vias públicas. Deve possuir sistema de suspensão, freios de serviço (inercial ou similar), freio de estacionamento e sinalização rodoviária completa conforme legislação vigente.</p> <p>Segurança (Compulsório): Fabricação em conformidade estrita com a NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos), dotado de barras de emergência perimetrais na calha de alimentação e botões de parada de emergência de fácil acesso.</p> <p>Sistema de Descarga: Defletor de saída com giro de 360º, permitindo o direcionamento dos resíduos triturados. A altura de descarga deve ser compatível com o despejo direto sobre caçambas de caminhões basculantes (mínimo de 2.200 mm), permitindo o direcionamento dos resíduos triturados para o despejo direto sobre caçambas, visando o aproveitamento do material como biomassa para queima em caldeiras ou compostagem.</p>
--	--	--	--

1. VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (x) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviço comum de engenharia (art. 6º, inciso XXI, alínea "a" Lei n.º 14.133/2021)

3.2. JUSTIFICATIVA DA CLASSIFICAÇÃO

A classificação como **Bens Comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pelo fato de que o **Triturador de Resíduos Vegetais** possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Embora se trate de um equipamento de porte industrial, suas características técnicas — tais como potência de motorização, capacidade volumétrica de processamento e requisitos de segurança estabelecidos pelas normas **NR-12** e **MAR-I** — encontram-se plenamente consolidadas e são oferecidas de forma padronizada por diversos fabricantes nacionais e internacionais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de modernização do sistema de manejo de resíduos vegetais do município, visando a redução de volume de descartes e a otimização dos custos logísticos de transporte, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que instrui este processo.

4.2. Necessidade da Administração: A contratação fundamenta-se na necessidade crítica da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Segurança, Trânsito e Defesa Civil (SMSMTD) de São Borja em otimizar o manejo, transporte e descarte de resíduos provenientes de podas e limpezas urbanas. Atualmente, o descarte de galhadas e troncos inteiros gera um volume excessivo, exigindo múltiplas viagens de caminhão, o que eleva os custos de combustível, manutenção da frota e tempo de mão de obra.

4.3. Justificativa Técnica: A aquisição de um **Triturador de Resíduos Vegetais de Alta Performance** justifica-se pela capacidade do equipamento em reduzir o volume dos resíduos em uma proporção média de até **10:1 (dez para um)**. Esta compactação imediata no local da poda, através de sistema de corte por rotor/tambor e motorização compatível com o esforço exigido, permite:

- a)** A redução drástica das emissões de poluentes e dos custos logísticos de transporte, devido à menor necessidade de viagens para transbordo;
- b)** A eliminação de depósitos irregulares de galhadas em terrenos baldios, prevenindo incêndios e a proliferação de vetores (insetos e roedores);
- c)** O aproveitamento do material triturado (cavacos) para compostagem e proteção de solos em áreas verdes e praças do município.

4.3.1. Da justificativa da exigência de facas dupla face (reversíveis):

A exigência de facas de corte do tipo dupla face (reversíveis) fundamenta-se nos **Princípios da Eficiência (Art. 37, CF/88)** e da **Economicidade (Art. 5º, Lei 14.133/2021)**. A Administração Pública, ao especificar o objeto, deve buscar não apenas o menor preço de aquisição, mas o **menor custo de ciclo de vida do bem**.

Eficiência Operacional e Continuidade do Serviço Público: Diferente das lâminas de face única, as facas reversíveis permitem que, em caso de avaria ou desgaste natural do fio durante a operação em campo, o operador realize a inversão imediata do gume. Tal característica técnica é indispensável para evitar a interrupção prematura das frentes de trabalho de limpeza urbana e manejo arbóreo, garantindo que o cronograma de serviços da Secretaria não sofra atrasos por necessidade de remoção do equipamento para oficina.

Economicidade e Redução de Custos de Manutenção: A tecnologia de facas dupla face representa, na prática, o fornecimento de dois jogos de corte pelo preço de um, reduzindo em 50% a necessidade de aquisição de sobressalentes e as despesas com serviços de afiação especializada.

Salienta-se que a referida exigência refere-se a uma **característica tecnológica comum e disponível em diversos fabricantes de primeira linha** do mercado nacional e internacional, estabelecendo um **padrão mínimo de qualidade e desempenho** necessário para atender ao interesse público e à durabilidade exigida para o regime de trabalho pesado a que o equipamento será submetido."



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

4.4. Alinhamento com o Planejamento: A solução eleita está em total consonância com as diretrizes de sustentabilidade ambiental e eficiência administrativa, conforme detalhado no **Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 007/2026** (ou numeração atualizada). A contratação visa o aprimoramento dos serviços públicos de zeladoria urbana, garantindo uma cidade mais limpa e organizada com menor custo operacional

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. Objeto Principal: Aquisição de 01 (um) Triturador (Picador) de Resíduos Vegetais de Grande Porte, novo (zero hora), de fabricação nacional ou importada, com assistência técnica e reposição de peças garantidas em território nacional, atendendo às seguintes especificações mínimas:

Motorização: Motor ciclo Diesel, refrigerado a água, com potência mínima de **80 HP**. O motor deverá atender obrigatoriamente às normas de emissão de poluentes vigentes, conforme o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores — **PROCONVE MAR-I** ou superior.

Capacidade de Corte: Sistema de corte dimensionado para processar troncos e galhadas com diâmetro de, no mínimo, **300 mm**, permitindo a alimentação de volumes brutos sem necessidade de pré-corte exaustivo.

Sistema de Alimentação: Hidráulico, dotado de rolo(s) alimentador(es) com garras tracionadoras, controle de velocidade e sistema de reversão.

Gerenciamento Eletrônico (Sistema tipo "No-Stress"): Equipado com sistema eletrônico de gerenciamento de carga que monitora a rotação do motor, interrompendo ou revertendo a alimentação automaticamente caso a rotação caia abaixo do nível operacional ideal, visando a proteção do motor e do sistema de corte.

Sistema de Corte: Tipo rotor ou tambor de alta resistência, equipado com **facas de aço especial temperado do tipo dupla face (reversíveis)**, permitindo o uso de ambos os gumes antes da necessidade de afiação ou substituição. A exigência de facas reversíveis fundamenta-se no Princípio da Economicidade, visto que permite a inversão do gume em campo, dobrando a vida útil do componente e reduzindo custos de manutenção e tempo de máquina parada.

Chassi e Mobilidade: Montado sobre chassi rodoviário **homologado perante o órgão federal de trânsito (SENATRAN)** e passível de emplacamento. Deve possuir suspensão compatível, sistema de freios (conforme exigência do PBT pela legislação de trânsito), sinalização completa em LED e para-choques conforme normas vigentes.

Segurança: Fabricação em conformidade estrita com a **NR-12**, dotado de dispositivos de parada de emergência e barras de segurança de fácil acesso ao operador.

5.2. Acessórios e Insumos Inclusos:

01 (um) Jogo de facas/lâminas sobressalentes: Além das que já vêm instaladas no equipamento, para garantir a continuidade da operação durante a afiação do primeiro jogo;

01 (um) Kit de ferramentas básicas: destinado à manutenção preventiva diária, ajustes e substituição das facas;

01 (um) Kit de insumos para primeira manutenção (250 horas): Composto por filtros e fluídos necessários para a primeira revisão técnica;

01 (um) Dispositivo para auxílio na afiação das facas: Ferramenta ou gabarito que garanta o ângulo correto de corte durante a manutenção das lâminas;

Manuais Técnicos: Manual de operação, manutenção e catálogo de peças, obrigatoriamente em língua portuguesa;

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a execução do objeto, a empresa contratada deverá cumprir os seguintes requisitos de habilitação e execução:

6.1. Requisitos de Qualificação Técnica:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

Atestado de Capacidade Técnica: Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já forneceu equipamento de características similares (tritador de galhos de grande porte) ao objeto desta licitação.

Assistência Técnica (Habilitação): Declaração de que a empresa possui rede de assistência técnica autorizada ou própria, com capacidade de atendimento e fornecimento de peças de reposição em território nacional.

6.2. Requisitos de Segurança e Conformidade:

6.2.1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Execução): A CONTRATADA deverá manter rede de assistência técnica autorizada ou credenciada capaz de garantir o suporte preventivo e corretivo dentro dos prazos estipulados neste Termo de Referência. A assistência técnica deve possuir capacidade de deslocamento até o local do equipamento (São Borja/RS) ou fornecer meios logísticos para o transporte do maquinário, sem custos adicionais ao Município durante o período de garantia. **Catálogos Técnicos:** Apresentação de catálogo técnico original ou prospecto do fabricante, em língua portuguesa, que comprove todas as especificações exigidas no Item 5 deste TR (potência mínima de 80 HP, capacidade de, no mínimo, 12", etc.).

6.3. Requisitos de Entrega e Instalação:

Entrega Técnica: No ato da entrega, a contratada deverá disponibilizar técnico especializado para realizar a conferência funcional do equipamento, demonstrando o funcionamento de todos os sistemas (hidráulico, motorização, No-Stress e segurança).

6.4. Requisitos de Capacitação (Treinamento):

A contratada deverá ministrar curso teórico e prático de **Capacitação Operacional e de Segurança**, com carga horária de 8 (**oito**) horas, para, no mínimo, 04 (quatro) servidores municipais;

O treinamento deve abordar obrigatoriamente: normas da **NR-12**, manutenção preventiva diária, troca de facas, operação dos controles e procedimentos de emergência.

A emissão dos certificados de participação é condição obrigatória para o ateste da nota fiscal.

6.5. Requisitos de Garantia:

O equipamento deverá possuir garantia integral (peças e serviços) de, no mínimo, **12 (doze) meses ou 1.000 horas, o que ocorrer primeiro**, contra defeitos de fabricação ou vícios ocultos, contados a partir do recebimento definitivo.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E/OU FORNECIMENTO DE MATERIAIS

7.1. Do Fornecimento do Equipamento: O fornecimento compreende a entrega de **01 (um) Tritador de Galhos (Mínimo 80 HP)**, em estado de novo (zero hora), fabricado com tecnologia atual, devidamente montado, testado e pronto para operação imediata, atendendo rigorosamente a todas as especificações detalhadas no Capítulo II deste Termo de Referência.

7.2. Do Recebimento e Conferência: O fornecimento será dividido em duas etapas de conferência pela fiscalização do Município, de acordo com o artigo 140 da Lei 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

Recebimento Provisório: Ocorre no ato da entrega física no Depto. de Materiais (DM), onde será verificada a integridade externa, a presença de manuais, jogo de facas reserva e ferramentas, além da conferência da Nota Fiscal.

Recebimento Definitivo: *Ocorre em até 20 (vinte) dias após o recebimento provisório, mediante a realização da Entrega Técnica (teste de funcionamento de todos os sistemas) e a conclusão do Treinamento de 08 horas para os 04 operadores da Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12).*

TABELA CONSOLIDADA DE PRAZOS

Item	Evento / Condição	Prazo / Referência
01	Vigência da contrato	12 (doze) meses, a contar da assinatura.
02	Prazo de Entrega do Equipamento	Até 90 (noventa) dias após o recebimento do Empenho (ordem de compra).
03	Recebimento Provisório	No ato da entrega física (conferência de integridade pelo Fiscal).
04	Recebimento Definitivo	Em até 20 (vinte) dias corridos após o provisório.
05	Prazo para Pagamento	Em até 15 (dias) dias após o Recebimento Definitivo.
06	Garantia Técnica Integral	Mínimo de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação ou 1.000 horas, o que ocorrer primeiro.
07	Resposta a Chamados Técnicos	Máximo de 48 (quarenta e oito) horas para visita técnica.
08	Retirada para Conserto (caso necessário)	Máximo de 05 (cinco) dias úteis após a visita técnica.
09	Devolução do Equipamento Consertado	Máximo de 20 (vinte) dias corridos após a retirada.

Observação técnica:

“Os prazos de assistência técnica (itens 07, 08 e 09) são de cumprimento **obrigatório** durante todo o período de garantia, sem ônus de frete ou peças para o Município de São Borja.”

“O prazo de 48h (item 07) justifica-se pela essencialidade do serviço de zeladoria urbana e manejo de riscos (quedas de árvores), que não podem aguardar prazos dilatados sob risco de obstrução de vias públicas.”

7.2.1. Este prazo fica condicionado à realização integral da Entrega Técnica (vistoria funcional) e à conclusão do Treinamento Operacional de, no mínimo de 08 horas, para os servidores designados.

7.2.2. Somente após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelo fiscal do contrato, é que a Nota Fiscal poderá ser atestada para fins de pagamento, com a condicionante de que o curso de NR-12 seja realizado integralmente.

7.3. Da Entrega Técnica: A contratada deverá disponibilizar técnico qualificado para realizar o "check-list" de entrega, que consiste em:

Verificação de níveis de óleos e fluidos;

Teste de acionamento do motor e rotação do disco/tambor;

Teste funcional do sistema **No-Stress** (reversão automática);

Demonstração dos dispositivos de segurança da **NR-12** (barras e botões de emergência).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

7.4. Do Serviço de Capacitação (Treinamento): O treinamento é parte integrante do fornecimento e pode ser executado nas dependências da Prefeitura de São Borja ou local a critério de ambas as partes, com, no mínimo 08 horas de aula e , no mínimo, para 04 servidores dos Serviços Urbanos, contemplando:

Conteúdo Teórico: Noções de mecânica básica, segurança do trabalho (NR-12), uso de EPI's e cronograma de manutenção preventiva.

Conteúdo Prático: Operação real de trituração, técnicas de alimentação segura de galhadas, troca e ajuste de facas e limpeza do equipamento.

Conteúdo Teórico: Noções de mecânica básica, segurança do trabalho (NR-12), uso de EPIs e cronograma de manutenção preventiva.

Conteúdo Prático: Operação real de trituração, técnicas de alimentação segura de galhadas, troca e ajuste de facas e limpeza do equipamento.

7.5. Documentação Técnica Obrigatória: No ato da entrega, o material deve estar acompanhado de:

Manual de Operação e Manutenção (em Português);

Catálogo de Peças Detalhado;

Termo de Garantia assinado pelo fabricante/fornecedor;

Certificado de Homologação para trânsito em via pública (CAT/SENATRAN).

7.6. Da Assistência Técnica e Suporte Pós-Venda:

7.6.1. A contratada deverá garantir assistência técnica integral para o equipamento dentro do prazo de garantia, que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

7.6.2. O suporte técnico deverá ser prestado por pessoal qualificado, com tempo de resposta (início do atendimento) de no máximo **48 (quarenta e oito) horas** após a abertura do chamado pela SMSMTD.

7.6.3. Caso o conserto exija a remoção do equipamento para oficina fora do Município de São Borja, **todos os custos de frete e deslocamento correrão por conta exclusiva da contratada.**

7.6.4. A contratada deverá indicar, no ato da assinatura do Contrato, a relação de oficinas autorizadas ou a forma de acionamento do suporte técnico para a região.

7.6.5. Durante o período de garantia, qualquer vício, defeito ou falha de funcionamento detectada no equipamento deverá ser sanada pela contratada **sem qualquer ônus para o Município de São Borja, incluindo a substituição de peças, componentes e mão de obra.**

7.6.6. Caso o reparo não possa ser realizado no local onde o equipamento se encontra, a contratada terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do início do atendimento, para providenciar a retirada e o transporte do equipamento para a oficina autorizada.

7.6.7. O prazo total para a devolução do equipamento devidamente consertado e em perfeitas condições de uso não poderá exceder **20 (vinte) dias corridos**, salvo em casos excepcionais devidamente justificados e aceitos pela Administração Municipal.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. LOCAL E HORÁRIO

8.1.1. OS materiais deverão ser entregues, preferencialmente, no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos – DMPD, sito na Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000, no horário das 07h às 13h e das 14h às 16h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail dmpd@saoborja.rs.gov.br ou no Depto. dos Serviços Urbanos.

8.2. PRAZO DE ENTREGA

8.2.1. O prazo de entrega do equipamento será de 90 (noventa dias) dias, contados a partir do envio e confirmação de recebimento de **Ordem de Compra com número de Empenho.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;**
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- g) Fornecer e publicar o Edital de Licitação (Pregão Eletrônico),** garantindo a publicidade e a ampla competitividade entre as empresas interessadas.
- h) Designar, formalmente, os servidores responsáveis pela Fiscalização e Gestão do Contrato, que realizarão a conferência técnica dos procedimentos e o ateste das notas fiscais.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceda a data da entrega, os motivos que possibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, em subempreitada, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- e) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, mantendo canal de relacionamento entre as partes, contratado e contratante, para dirimir dúvidas e/ou problemas que ocorrerem no decorrer do mesmo.

11. GARANTIA DO OBJETO

11.1. Durante a entrega física, a contratada obriga-se a efetuar, sem ônus para a Prefeitura Municipal de São Borja, a substituição do equipamento que apresentar danos aparentes, avarias de transporte ou desconformidade com o edital, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da constatação pela Administração. Caso haja necessidade de prazo adicional, a contratada deverá apresentar solicitação formal e justificada, sujeita à anuência da contratante.

11.2. Da Verificação de Defeitos de Funcionamento (Entrega Técnica): Para a efetivação do **Recebimento Provisório**, é obrigatória a presença de um **técnico credenciado pela empresa contratada** no local da entrega (Depto. de Materiais, DM)

O técnico deverá realizar o acionamento do motor e testes de carga na presença do Fiscal do Contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

Se o equipamento apresentar defeito ao ligar ou falha nos sistemas hidráulicos/eletrônicos: O técnico deverá sanar o defeito no local ou, caso não seja possível, a empresa deverá providenciar a substituição integral do bem ou a retirada para conserto imediato, **suspendendo-se a contagem do prazo de pagamento até a regularização total.**

11.3. Garantia Contratual: O equipamento deverá possuir garantia total contra defeitos de fabricação e montagem por um período mínimo de **12 (doze) meses ou 1.000 (mil) horas de operação**, prevalecendo o que ocorrer primeiro, contados a partir da data de entrega técnica e emissão do termo de recebimento definitivo. A assistência técnica durante o período de garantia deverá ser prestada nas dependências do Município de São Borja/RS, sem ônus de deslocamento, estadia ou alimentação de técnicos para a Administração. Caso a complexidade do reparo exija a retirada do bem, todos os custos de transporte (coleta e devolução), seguro e deslocamento de pessoal correrão **exclusivamente por conta da contratada**, com prazo de resposta de, **no máximo, 48 horas após o chamado. Esse prazo de 48 horas justifica-se pela essencialidade do serviço de zeladoria urbana e manejo de riscos (quedas de árvores), que não podem aguardar prazos dilatados sob risco de obstrução de vias públicas.**

CAPÍTULO IV
DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato ou a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. Atuará como gestor do contrato:

Nome: Ailson dos Santos Carvalho

Cargo/Função: Secretário da SMSMTD

Decreto de Nomeação: 21.245/2025

12.6. Atuará como fiscal titular do contrato:

Nome: Dirceu Lopes Robalo

Cargo: Coordenador de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Segurança e Trânsito

Decreto de Nomeação: 21.028/2025

12.7. Atuará(ão) como fiscal(is) substituto(s) do contrato:

Nome: Daniel Scalão

Cargo: Diretor do Dep. de Serviços Urbanos e Vias Públicas

Decreto de Nomeação: 21.062/2025

“ São Borja – Terra dos Presidentes “



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado terá como critério de aceitação para pagamento, o termo circunstanciado ou outro documento hábil que o substitua, assinado pelas partes envolvidas, após a vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, após o recebimento definitivo.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD**

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 30 (trinta) dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja/RS, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a apresentação da nota fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e liquidação da mesma pelo DMPD (Departamento de Material, Patrimônio e Documentos) e pela SMF (Secretaria Municipal da Fazenda), após aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho e por meio de depósito bancário.

“ São Borja – Terra dos Presidentes “



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

16.2. Por se tratar de aquisição imediata, bem como pela natureza do objeto, não haverá previsão de reajustamento do mesmo.

CAPÍTULO VI
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. A contratação será realizada através de Pregão Eletrônico e enquadra-se no Art. 6, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como critério de julgamento o menor preço.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral do objeto;
- c)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência;
- g)** assinatura do responsável legal da empresa.

18.2. No preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas decorrentes da logística de entrega da mercadoria no local indicado no **item 8.1.1**;

18.3. O preço proposto será considerado completo e suficiente para a execução total do objeto, de modo que não será considerada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte do fornecedor.

18.4. AMOSTRA

(X) Não () Sim

A exigência de amostra é dispensada em razão da natureza do objeto (equipamento de grande porte e alto valor agregado), cuja conformidade técnica será aferida mediante a apresentação de catálogos do fabricante e comprovada obrigatoriamente no ato da **Entrega Técnica e Treinamento**, antes do recebimento definitivo e do pagamento.

18.5. DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

() Não (X) Sim

O licitante deverá apresentar catálogo técnico, prospecto ou declaração do fabricante, em língua portuguesa, que comprove as especificações de potência (mínimo 80 HP), capacidade de processamento (12") e conformidade com a NR-12.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1. Para fins de comprovação, a empresa deverá apresentar documentação relativa a regularidade de funcionamento da mesma, seja fiscal, trabalhista, bem como declaração, carta ou outro documento equivalente.

19.2. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

Deverá ser apresentado 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o **fornecimento anterior de equipamento de características similares** (Triturador/Picador de Galhos de grande porte), demonstrando o cumprimento de prazos e especificações técnicas. A exigência de atestado de fornecimento tem por finalidade comprovar a **capacidade técnico-operacional** da licitante para executar satisfatoriamente o objeto licitado, especialmente por se tratar de equipamento de natureza específica, com relevância operacional para a Administração. A apresentação de atestado compatível demonstra que a empresa já possui experiência prévia no fornecimento de bens semelhantes, reduzindo riscos de inadimplemento, atrasos na entrega e desconformidade com as especificações técnicas exigidas, conforme preconiza o artigo 67:

Art. 67. Na fase de habilitação, poderá ser exigida dos licitantes, de forma proporcional ao objeto licitado, a comprovação de aptidão técnica para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de:

I – **atestados** de execução de obras ou de prestação de serviços ou de fornecimento de bens, **emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado**, desde que compatíveis com o objeto licitado, em complexidade, em quantidade e em prazo.

19.3. VISTORIA

() Sim (X) Não () Opcional () Obrigatória.

19.4. LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

19.4.1. Para a execução do objeto, na excelência do seu atendimento, a CONTRATADA deverá observar todas as técnicas estabelecidas em normativas disponíveis no mercado, normas ambientais e/ou normas específicas da ABNT – NBR, bem como Normas internacionais consagradas; Legislação Federal, **Estadual e Municipal** referente ao tema, em especial a **NR-12 (Segurança em Máquinas)** e normas do **CONAMA** para emissão de ruídos e poluentes."

19.5. TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs () Não (X) Sim

Aplica-se o tratamento diferenciado conforme o Art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e a Lei Complementar nº 123/2006. **A licitação NÃO será exclusiva** para ME/EPP, uma vez que o valor estimado do item único ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00 (Art. 48, I da LC 123/06). Outrossim, deixa-se de aplicar a reserva de cota de 25% (Art. 48, III da LC 123/06) em razão da natureza do objeto ser indivisível, sob pena de prejuízo ao conjunto e à padronização do equipamento. Ficam assegurados, todavia, os benefícios do **empate ficto** e da **regularidade fiscal tardia** às MEs e EPPs participantes, conforme legislação vigente.

19.6. DAS VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO

Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, os interessados que:

19.6.1. Estejam cumprindo sanção de idoneidade ou suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, conforme o Art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

19.6.2. Se enquadrem nas vedações previstas no **Art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021** (incluindo autores do projeto, dirigentes do órgão ou empresas com sócios em comum que gerem conflito de interesses);

19.6.3. Estejam em processo de falência, dissolução ou liquidação, **ressalvadas as empresas em regime de Recuperação Judicial**, que deverão apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta a participar de procedimentos licitatórios.

“ São Borja – Terra dos Presidentes “



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL –
SMSMTD

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

20.1. Valor conforme orçamentos de menor preço da Solicitação de Compra nº **060357** descritos abaixo, em anexo.

20.2. *Memória de Cálculo e Justificativa do Preço Médio (Metodologia de Pesquisa)*

O valor médio de **R\$ 343.738,42** para a aquisição de 01 (um) Triturador de Galhos/Troncos foi obtido através de uma pesquisa de mercado ampla e diversificada, composta por dois pilares fundamentais:

Orçamentos Diretos: Consultas a empresas especializadas no setor (Lippel, NBX e Eco Tec), garantindo preços atualizados e específicos para a demanda local.

Painel de Preços, Banco de preços (Benchmarking Público): Levantamento de contratações similares realizadas por outros entes públicos (Sinop/MT, Capela do Alto/SP, Santana de Parnaíba/SP e Alta Floresta D'Oeste/RO) através de Pregões Eletrônicos realizados em 2025.

20.3. Equivalência Técnica

Observa-se que todos os itens cotados apresentam características técnicas convergentes e de alto desempenho, o que valida a comparação direta entre eles. As especificações básicas comuns que sustentam esse patamar de preço incluem

Capacidade de Corte: Mínimo de 300 mm (12 polegadas).

Motorização: Motores Diesel de 4 cilindros com potência entre 83 HP e 87 HP.

Segurança e Normatização: Todos os modelos atendem rigorosamente às normas **NR-10 e NR-12**, incluindo sistemas de segurança "No Stress" e barras de parada de emergência.

Mobilidade: Equipamentos montados sobre chassi rodoviário homologado.

20.4. Análise da Dispersão de Preços

A variação entre o menor valor encontrado (R\$ 320.000,00 - Prefeitura de Sinop) e o maior valor (R\$ 370.999,00 - Eco Tec) demonstra uma oscilação de aproximadamente 15%, o que é considerado perfeitamente aceitável para equipamentos industriais de grande porte. O valor médio calculado (R\$ 343.738,42) reflete com precisão a realidade do mercado atual, situando-se de forma equilibrada entre os preços praticados em licitações públicas recentes e os orçamentos fornecidos por fabricantes diretos.

21. Conclusão e Fundamentação Jurídica

Ante o exposto, a definição do preço médio de **R\$ 343.738,42** demonstra-se em estrita consonância com o ordenamento jurídico vigente, fundamentando-se nos seguintes pontos da **Lei nº 14.133/2021**:

21.1 Do Atendimento ao Princípio da Seleção da Proposta Mais Vantajosa (Art. 11, I): A composição da média através de uma "cesta de preços" diversificada assegura que o valor de referência não distorce a realidade do mercado, garantindo o equilíbrio entre a qualidade técnica exigida e a **economicidade**, evitando o sobrepreço e o enriquecimento ilícito.

21.2. Da Conformidade com o Rito de Pesquisa de Preços (Art. 23, § 1º): A metodologia adotada cumpriu os parâmetros legais ao combinar:

Inciso II: Utilização de dados de contratações similares de outros entes públicos (Prefeituras de Sinop, Capela do Alto, etc.), extraídos de bases oficiais.

Inciso IV: Consulta direta a fornecedores (Lippel, NBX, Eco Tec), com propostas apresentadas em condições de mercado. Esta "cesta de preços" híbrida confere a **segurança jurídica** necessária para balizar o valor estimado da contratação.

21.3. Da Observância dos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade (Art. 5º): A análise da dispersão dos valores coletados revela uma variação ínfima entre os extremos, o que caracteriza um mercado estável para o objeto. Portanto, a média aritmética simples, como critério de valoração, reflete a **razoabilidade** exigida pelo legislador para o gasto público.

21.4. Da Eficácia e Segregação de Funções: Ao fundamentar o valor médio em dados concretos e especificações técnicas padronizadas (Capacidade de 12", conformidade com NR-12), a Administração atende ao **Princípio da Eficiência**, garantindo que o edital subsequente possua um valor de referência robusto o suficiente para evitar licitações desertas ou fracassadas.

Conclusão Final: Pelo exposto, o valor médio apurado de **R\$ 343.738,42** é juridicamente apto a figurar como valor estimado do objeto, por representar a real **justeza do preço** frente ao mercado especializado, cumprindo integralmente os requisitos de transparência, probidade administrativa e o interesse público, nos termos da Lei 14.133/2021. Dessa forma, a tabela a seguir materializa a análise técnica e garante a rastreabilidade dos custos, assegurando que o preço estimado reflete o valor de mercado atualizado.

CUSTO DA CONTRATAÇÃO							
Item	Qnt	Unid	Órgão/ Modalidade / Data	Especificação (objeto)	Empresa vencedora - cnpj	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	01	Un	Prefeitura de São Borja (orçamento direto)	TRITURADOR DE TRONCOS, ARBUSTOS, GALHOS DE PODA E FOLHAS DE ÁRVORES: Equipamento rebocável destinado à trituração de troncos, arbustos e galhos de poda, com as seguintes características mínimas: Capacidade de Corte: Diâmetro de, no mínimo, 300 mm (12 polegadas); Produção Estimada: De 10 a 15 m³/h; Motorização: Motor diesel, potência mínima de 85 HP, 4 cilindros, com partida elétrica; Sistema de Corte: Tipo rotor/tambor com facas rotativas de dupla face e contra-faca fixa; Sistema de Alimentação: Rolo tracionador com garras e controle automático inteligente de alimentação (sistema tipo "No Stress" para proteção do motor); Mobilidade: Chassi rodoviário homologado pelos órgãos de trânsito (Denatran), com suspensão, freio inercial, freio de estacionamento e sinalização em LED; Segurança: Equipado com barras de acionamento e parada de emergência, botões de reset e conformidade total com as normas NR-10 e NR-12 (com laudo técnico); Descarga: Duto de saída com rotação de 360º e altura mínima de 2.600 mm para descarga direta em caçambas de caminhões.	Lippel Engenharia e Equipamentos Eireli - 23.691.899/0001-31 (orçamento direto)	R\$ 345.500,00	R\$ 345.500,00
01	01	Un	Prefeitura de São Borja (orçamento direto)	Modelo CH124 DH Marca NBX Capacidade de Corte até 30cm ou 12" Boca de Alimentação 310 A: x 460 L: mm Produção Estimada 12 a 16 M³/Hora Número de Facas 04 – Dois Fios – Reaviáveis Número de Contra Facas 01 - Ajustável Bandeja de Alimentação Dobrável para transporte e Operação Proteção Calha de Alimentação Cortina de Proteção Barras de Segurança ao redor de toda Calha de Alimentação Normas de Proteção Atende N10 e Nr12 Rolo Tracionador 01 Tanque hidráulico 58 litros Sistema de Alimentação Controle Automático Inteligente Regulagem do Rolo de Alimentação Velocidade e Altura Origem da Potência Motor a Diesel Marca FPT Potência do Motor (64Kw) 87 Hp – 04 Cilindros Tanque de Combustível 85 Litros Altura de Descarga (Gira 360º) 2.380 mm Montado Sobre Chassis 01 Eixo – 02 Rodas de Aro 16" -	NBX Locação Ltda -15.384.813/0001-18 (orçamento direto)	R\$ 362.970,000	R\$ 362.970,000

				<p>Suspensão por Eixo de Torsão Peso Aproximado 2.420 kg Peças de Reposição e Acessórios Inclusos: 01 Curso Treinamento Operacional e Manuseio Conforme Normas Nacionais. 01 Manual de operação, manutenção e prevenção. 01 Afiador Retífica para Facas Lâmina acionamento elétrico 127/220v. 02 Kits de Lâminas Facas Sobressalentes em aço especial.</p>			
01	01	Un	Prefeitura de São Borja (orçamento direto)	<p>Características: Comprimento: 4,60 m Largura: 2,00 m Altura: 2,20 m Peso: 2.721 kg Suspensão: 2.721 kg Abertura de alimentação: 76 cm x 152,4 cm Tambor: 36 x 44 cm Motor: Deutz,PSI Capacidade de óleo hidráulico 26,5L Capacidade do tanque de combustível: 64 L Quadro: Canal C de 12,7 cm Pneus: (2) 235 / 80R x 16” Engate: Pino de 6,40 cm Acompanham o produto: Manual de operação e peças de reposição Garantia de 01 Ano Entrega técnica a campo Frete posto na cidade do comprador Kit Facas/Lâminas Sobressalentes (01 Jogo) Filtros, Fluidos e Peças Sobressalentes para troca a cada 250 Horas (01 Jogo) Dispositivo de Afição de Facas Laminas (01 Jogo)</p>	Eco Tec Ambiental Comércio de Máquinas – 28.344.495/0001-95 (orçamento direto)	R\$ 370.999,00	R\$ 370.999,00
01	01	Un	MUNICÍPIO DE SINOP / 001 - Prefeitura Municipal de Sinop - Pregão Eletrônico - 02/10/2025	<p>1 (UM) PICADOR E TRITURADOR PARA PROCESSAR GALHOS, TRONCOS, ARBUSTOS E FOLHAS, NOVO, COM CAPACIDADE DE CORTE MIN. DE 12" OU 30CM DE DIAMETRO; ABERTURA RETANGULAR DA CAIXA DE CORTE DE NO MIN. 300 X 435 MM; MOTOR DIESEL MIN. 4 CILINDROS, POTENCIA LIQUI - 1 (UM) PICADOR E TRITURADOR PARA PROCESSAR GALHOS, TRONCOS, ARBUSTOS E FOLHAS, NOVO, COM CAPACIDADE DE CORTE MIN. DE 12" OU 30CM DE DIAMETRO; ABERTURA RETANGULAR DA CAIXA DE CORTE DE NO MIN. 300 X 435 MM; MOTOR DIESEL MIN. 4 CILINDROS.</p>	LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA – 23.691.899/0002-12 (BANCO DE PREÇOS)	R\$ 320.000,00	R\$ 320.000,00
01	01	Un	MUNICIPIO DE CAPELA DO ALTO - Pregão Eletrônico - 08/07/2025	<p>TRITURADOR DE GALHOS MODELO PTU 300 ,PROCESSAMENTO TRONCOS, ARBUSTOS, PODAS E FOLHAS DE ÁRVORES , PRODUÇÃO DE MATERIAIS TRITURADOS 15 M³/HORA ,CAPACIDADE DE CORTE 300 MM(12?), ABERTURA CAIXA DE CORTE A: 300 X L: 440 MM ,CORTE ROTOR/TAMBOR Ø565 MM ? RPM: - TRITURADOR DE GALHOS MODELO PTU 300 ,PROCESSAMENTO TRONCOS, ARBUSTOS, PODAS E FOLHAS DE ÁRVORES , PRODUÇÃO DE MATERIAIS TRITURADOS 15 M³/HORA ,CAPACIDADE DE CORTE 300 MM (12?), ABERTURA CAIXA DE CORTE A: 300 X L: 440 MM ,CORTE ROTOR/TAMBOR Ø565 MM ? RPM: 1.950 , PÁS DE EXTRAÇÃO ROTOR/TAMBOR 05 UNID</p>	LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA – 23.691.899/0002-12 (BANCO DE PREÇOS)	R\$ 335.000,00	R\$ 335.000,00
01	01	Un	MUNICIPIO DE SANTANA DE PARNAIBA - Pregão Eletrônico - 28/05/2025	<p>Picador e Triturador Móvel, Novo Zero,(sem uso) aplicação no processamento resíduos urbanos e florestais diversos, sendo galhos, podas, troncos, arbustos e folhas de árvores, sendo acumulados em perímetro urbano e rural. - Capacidade de corte mínima de 12 - Picador e Triturador Móvel, Novo Zero, (sem uso) aplicação no processamento resíduos urbanos e florestais diversos, sendo galhos, podas, troncos, arbustos e folhas de árvores, sendo acumulados em perímetro urbano e rural. - Capacidade de corte mínima de 12 ou 30cm de diâmetro. - Abertura retangular da caixa de corte de no mínimo 300 mm de altura x 440 mm de largura. -</p>	LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA – 23.691.899/0002-12 (BANCO DE PREÇOS)	R\$ 339.800,00	R\$ 339.800,00

				Capacidade de produção mínima de quinze 15 metros cúbicos por hora de materiais triturados, equivalência média de 10 caminhões de materiais para 01 caminhão de material triturado. - Sistema de alimentação eletro-hidráulico, mínimo de 01 um rolo puxador, com posição horizontal, mínimo 12 doze garras lâminas de tração ao rolo superior. - Mínimo 01 uma válvula de controle fluxo de velocidade aos rolos de tração.			
01	01	Un	MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA D'OESTE - 30/04/2025 - Pregão Eletrônico	Picador e Triturador Novo Zero para processar galhos, troncos, arbustos e folhas, com capacidade de corte mínima de 12 ou 30cm de diâmetro; Abertura retangular da caixa de corte de no mínimo 300 x 435 mm; Motor a combusvel diesel, com potência mínima de 8 - Picador e Triturador Novo Zero para processar galhos, troncos, arbustos e folhas, com capacidade de corte mínima de 12 ou 30cm de diâmetro; Abertura retangular da caixa de corte de no mínimo 300 x 435 mm; Motor a combusvel diesel, com potência mínima de 83HP, mínimo 04 cilindros, sistema de parda elétrica, sistema arrefecimento a liquido, painel de instrumentos para monitoramento e controle, tanque decombusvel de no mínimo 80 litros; Sistema de alimentação hidrostática através de no mínimo um rolo puxador via tração hidráulica; Barra de segurança controle em volto a calha alimentadora com no mínimo 04 quatro posições de acionamento, sendo reverso, avanço, parada e reverso que possibilita o operador a efetuar as reversões necessárias do rolo alimentador instantaneamente; Barra de segurança inferior, corna de proteção do mínimo dupla camada; Equipamento em conformidade e regulamentado com a norma de segurança NR12, com Laudo e ART do engenheiro responsável; Sistema de controle para rolo de alimentação automático.	LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA – 23.691.899/0002-12 (BANCO DE PREÇOS)	R\$ 331.900,00	R\$ 331.900,00
Valor médio da contratação							R\$ 343.738,42

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Segurança, Trânsito e Defesa Civil e serão custeadas com recursos financeiros provenientes de **RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO – LIVRE**.

21.2. INFORMAÇÃO DAS DOTAÇÕES:

Órgão: 21 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Segurança, Trânsito e Defesa Civil

Unidade: 2 – Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 104 – Cidade Melhor

Projeto/Atividade: 2290 – Manutenção das atividades dos Serviços Urbanos

Elemento: 3.4.4.9.0.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Recurso: 2500 – 0001 / Recursos não vinculados de Impostos

Reduzido da Dotação: 44749

21.3. Declaração de Disponibilidade e Conformidade Fiscal

A dotação orçamentária acima identificada possui saldo suficiente para suportar o valor estimado da presente contratação, conforme verificado em consulta prévia ao sistema contábil do Município. A despesa encontra-se em estrita consonância com os instrumentos de planejamento da Administração, atendendo aos seguintes critérios:

Lei Orçamentária Anual (LOA): O recurso está previsto para o exercício financeiro vigente;

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): A aquisição é compatível com as metas e prioridades estabelecidas;

Plano Plurianual (PPA): O investimento está alinhado aos programas de duração continuada para a melhoria da infraestrutura urbana. Ademais, declara-se para os devidos fins de direito que a contratação possui Adequação Orçamentária e Financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), não

acarretando em desequilíbrio nas contas públicas, visto tratar-se de investimento essencial para a manutenção das atividades finalísticas da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

"Considerando os elementos técnicos e jurídicos apresentados, este **Termo de Referência** consolida todos os requisitos fundamentais para garantir uma contratação eficiente, econômica e segura para o Município de São Borja. As especificações aqui detalhadas visam assegurar que o equipamento adquirido (Triturador de Galhos, no mínimo 80 HP) atenda plenamente às demandas operacionais da Secretaria de Infraestrutura, com foco na durabilidade, segurança (NR-12) e sustentabilidade ambiental.

Eventuais dúvidas, pedidos de esclarecimentos ou informações complementares acerca deste descritivo poderão ser formalizados junto ao **Setor de Orçamento**, bem como ao **Departamento de Serviços Urbanos e Vias Públicas**, observando-se os prazos e ritos estabelecidos no Edital de Licitação e na Lei Federal nº 14.133/2021."

São Borja, 07 de maio de 2026

Vitor Hugo Cacciatore Bonetti
Agente Administrativo
Matrícula 111094027

Ailson dos Santos Carvalho
Secretário da Pasta
Decreto 21.245/2026

☒ **Defiro**
☐ **Indefiro**

☒ **Defiro**
☐ **Indefiro**

José Luiz Rodrigues Machado
Prefeito de São Borja

“ São Borja – Terra dos Presidentes “